

O ensino da língua portuguesa, uma arma popular

A professora Magda Soares diz que os dialetos populares enriquecem a língua com metáforas

O ensino da língua dita culta para ser usada como arma pelas classes populares no confronto pela hegemonia de seus direitos e de suas idéias é uma das concepções da professora Magda Soares, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, uma das mais conceituadas professoras de Língua Portuguesa do País. Sempre que é convidada a fazer palestras, a professores de 1º e 2º graus, Magda Soares lota auditórios e tem dificuldades em encerrar os debates, tamanha a empolgação que provoca nos assistentes.

A professora Magda Soares põe ao chão a idéia de que os dialetos populares são mais pobres do que os de prestígio, aqueles usados pelas classes sociais mais escolarizadas e cultas. Pesquisas têm demonstrado isso. "Nos dialetos populares é pequeno o uso de adjetivos, de orações subordinadas adverbiais, mas eles são mais ricos no uso de comparações, metáforas e imagens. Isso enriquece muito mais a língua".

Autora de quatro coleções de livros didáticos, o mais recente de Português através de textos, para 1º grau, Magda Soares inscreve em seu currículo o sucesso de vendas de livro *Linguagem e Escola*, pela Editora Ática, onde detalha sua concepção de ensino de Língua Portuguesa. A professora já analisou toda a produção acadêmica e científica sobre a alfabetização no Brasil, estudo publicado inicialmente pelo Inep e a ser reeditado pela Cortez sob o título *Alfabetização no Brasil - O Estado do Conhecimento*. A vida profissional da professora mereceu a autobiografia *Metamemória, Memórias: Travessia de uma Educadora, pela Cortez*. Magda Soares passou por Brasília e deu esta entrevista.

A senhora tem uma concepção de ensino de gramática, o de gramática de uso, que vem sendo praticado após um período em que normas gramaticais foram consideradas de menor importân-

VANDERLEI POZZEMBOM



Professora Magda Soares: "A gramática, muitas vezes, não sustenta suas regras"

cia no ensino da língua. Como é essa gramática?

— A gramática durante muito tempo foi a parte mais importante do ensino de Português. No começo do século o ensino usava a antologia para que o professor fizesse uma ligeira leitura e discussão do texto mas que sobretudo fizesse discussões dos aspectos gramaticais daqueles textos. Depois a gramática foi ganhando mais substância, e sendo sistematizada no ensino da Língua Portuguesa, não só nos livros didáticos, no ensino de sala de aula, mas num programa que durante muito tempo foi a diretiva de ensino de Português. Eram os substantivos adjetivos, orações subordinadas adverbiais e o texto ficava sempre muito acessório a esse ensino gramatical. Foi uma mudança de polo, de um momento que você tinha o texto e o professor discutia a gramática que aquele texto permitia discutir passou-se para definir uma gramática que deveria ser ensinada e buscar o texto que exemplificasse aquela gramática mas sempre a gramática como centro. Depois da Lei 5.692 e das novas instruções sobre o ensino de Português que vieram do Conselho Federal de Educação, nos anos 70, isso mudou e aí foi o momento negro da gramática, quando ela foi negada como conteúdo do ensino de Português e isso se explica facilmente. Como decorrência da Lei 5.692 o Conselho Federal de Educação fixou o currículo mínimo para o ensino e Português passou a ser Comunicação e Expressão, uma mudança de nome que significou muito mais que isso. Na verdade foi uma mudança na concepção do que era o ensino da língua materna, como decorrência da concepção educacional da época que foi a de atrelar a educação ao desenvolvimento econômico. Época do milagre brasileiro, de educação para o desenvolvimento. Neste atrelamento que trouxe várias outras coisas, como por exemplo, a profissionalização no 2º grau, veio uma concepção do ensino da língua como o instrumento que tornasse o indivíduo mais eficiente na comunicação. Dizia-se que

a gramática era desnecessária. O indivíduo não precisava saber mais a respeito da língua, tinha que saber usar a língua. Houve uma discussão acirrada e desse movimento de tese e antítese resultou a recuperação do ensino da gramática, nos anos 80, não propriamente como decorrência da necessidade de o indivíduo aprender a respeito da língua mas sobretudo com o sentido de que a aprendizagem da gramática é uma colaboração ao uso da língua. Aquela discussão que se fazia nos anos 70, que uma coisa era o uso da língua, outra era saber a respeito da língua, era uma radicalização, uma dicotomização inadequada. Porque na verdade, você saber a respeito da língua colabora para que você a use adequadamente. Você pode andar razoavelmente bem de bicicleta sem conhecer o funcionamento da bicicleta mas se você aprende sobre o funcionamento da bicicleta você certamente vai ser um ciclista mais adequado. Não há nenhum corredor de Fórmula 1 que não conheça bem o carro, o motor do carro. Conhecendo a gramática ele usará melhor a língua, é um ensino de gramática que está subordinado ao uso da língua, o que andam chamando por aí de gramática de uso.

Há, então, uma mudança de concepção da gramática?

— A linguística já mostrou que a gramática normativa não tem sentido porque tem várias incorreções. Se você faz uma análise linguística muita coisa que a gramática normativa determina como regra na verdade não se sustenta. A Sociolinguística traz a discussão a respeito das variedades linguísticas. Há várias maneiras de você falar o Português. Há vários dialetos, há vários registros e todos eles são corretos. Há um que tem mais prestígio que os outros, o que se chama norma padrão culta e que eu prefiro chamar de dialeto de prestígio. Na verdade ele só é norma, só é padrão, e só

ganharia esse adjetivo de culto porque tem prestígio social, e tem prestígio porque as classes que dominam a sociedade o falam. Cultos todos são, porque todos são de uma cultura ou de uma subcultura. Há uma gramática descritiva que seria uma análise linguística da língua e uma gramática produtiva, que o indivíduo aprende para que ele seja capaz de produzir um número mais amplo de estruturas linguísticas, para que ele tenha mais recursos no uso da língua. É esse conceito de gramática que eu acho que no momento está vigente, e não sei por quanto tempo. Esse é um movimento histórico em que as coisas vão se readjustando. Mas atualmente é essa a minha concepção e a mais vigente de aprendizagem da gramática.

A senhora falou de dialetos diferentes, o de prestígio, e o das camadas populares. Como o ensino de Português deve lidar com essas diferenças?

— O estudo das diferenças do dialeto de prestígio e os populares é importante para o ensino de Português para que o professor saiba como trabalhar. É um pouco equivalente ao que você faz quando aprende uma língua estrangeira. Os métodos para o ensino de língua estrangeira se baseiam no que se chama de gramática contrastiva. Se um brasileiro vai aprender francês esse ensino é fundamentado numa comparação entre o Português e o Francês. Se você vai aprender alemão você tem que se basear na diferença entre o Português e o Alemão. É preciso conhecer essas diferenças para poder ensinar a partir e sobre estas diferenças. Observe que eu estou falando de diferenças, porque há um conceito vigente de que os dialetos populares são deficientes, errados e não é isso. São dialetos tão bons quanto qualquer outro, o que há são diferenças. Já não é uma questão científica, e sim político-ideológica, você resolver como professor de Português se deve ou não ter como objetivo que as crianças das camadas populares aprendam esse dialeto de prestígio, já que elas falam um dialeto que é tão bom quanto qualquer outro, que está servindo para comunicação no grupo social delas. Eu acho que elas têm que aprender, porque na nossa sociedade dividida em classes, em que uma classe tem mais poder, mais domínio, a outra, para lutar por seus direitos, por participação política, contra as injustiças e as discriminações, tem que ter a mesma arma que os dominantes têm. A linguagem é uma arma forte e a criança das camadas populares tem de aprender o dialeto de prestígio mas não para abandonar o dela, como errado ou ineficiente. Que ela tenha dois dialetos, tenha o dialeto de prestígio como instrumento para transformação social para que possa competir em termos de igualdade com aqueles que oprimem.

A afirmação do sujeito, enquanto cidadão, estaria vinculada ao domínio da língua culta, usada pelas classes sociais privilegiadas?

— Sim, a gente usa a língua em situação de interação, há diferenças entre as pessoas que estão integrando. A diferença de classe social é importante, a posição da pessoa na hierarquia social já cria uma situação de dominação. Se você imagina o patrão falando com o empregado, a interação entre eles fica calcada por uma situação de dominação e a língua que o patrão usa está demonstrando

isso. Se o empregado não tem esse instrumento, ele não tem condições de lutar contra essa situação de dominação, porque ele não domina um instrumento fundamental nessa luta que é a língua. Para se afirmar como sujeito ele precisa ter um instrumento que lhe permita exercer esse papel de sujeito.

No encontro com os professores da Fundação Educacional a senhora mostrou as diferenças entre os dialetos populares e o de prestígio. Disse que numa pesquisa realizada em Minas Gerais entre crianças pobres ficou constatado que elas não usam adjetivos. Isso não seria demonstração de que o dialeto delas é mais pobre?

— Nos dialetos populares é pequeno o uso de adjetivos, de orações subordinadas adverbiais, mas eles são mais ricos no uso de comparações, metáforas e imagens. Isso enriquece muito mais a língua. O uso de pouco adjetivo não quer dizer que seja mais pobre, porque o usar muito adjetivo pode ser uma coisa antipática também, pode tornar a linguagem empolada.